Prova de Conhecimentos Básicos





Questões de 1 a 10

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

Língua Portuguesa — Questões de 1 a 5

Questões de 1 a 3

TEXTO:

5

30

Presencia-se, na atualidade, uma concepção difundida de que a lógica capitalista, com o auxílio da publicidade, especula a felicidade como dependente da satisfação dos desejos materiais do homem.

Tal fato contraria a ótica do início do século 20. como observa o sociólogo Max Weber no livro A ética protestante e o espírito do capitalismo, quando eram as leis suntuárias que mostravam ao ser humano o que deveria ser consumido e o que era preciso fazer para 10 ser feliz. Isso mostra como a sociedade moderna, por influência ou não da publicidade comercial, pode se organizar diante da felicidade. Nisso não parece haver implícita ideia religiosa que prometa o paraíso na vida eterna. Pelo contrário, como evidencia o pai da psicanálise, Sigmund Freud, talvez a felicidade consista em poder do narcisismo.

Nesse contexto, podemos deduzir que o discurso publicitário leva, muitas vezes, o indivíduo a acreditar naquilo que é dito e a lutar e buscar todo o prazer proporcionado pelo consumo daquilo que é anunciado. O significado das mercadorias associadas como valor de uso passa a ser disseminado como dizendo respeito a características que representam o ideal de felicidade da sociedade, por exemplo. Para a publicitária e mestre 25 em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, (UFPE) Lívia Valença da Silva, "esta felicidade abrange uma realização pessoal e profissional que envolve boa aparência e desenvoltura, aprovação social, conforto e bem-estar, estabilidade econômica, status, sucesso no amor e no mercado de trabalho, entre tantos outros elementos".

Seguindo essa linha de raciocínio, o psicanalista Jurandir Freire Costa, na obra A ética e o espelho da cultura, enfatiza que o homem tem, muitas vezes, 35 a tendência de acompanhar as metamorfoses sociais, e com todas as mudanças no cotidiano, acaba moldando-se a elas, sem, muitas vezes, se questionar. Mas, segundo o psicanalista, quando o sujeito se apercebe num emaranhado de atribuições disseminadas pela 40 publicidade que nem sempre foram pensadas e analisadas, é que chegam os conflitos e desamparos, porque perdem, muitas vezes, a noção de singularidade para serem mais um na multidão.

Com efeito, o sociólogo Jean Baudrillard frisa 45 que na cultura do consumo, na qual o homem contemporâneo se encontra inserido: "Como a 'criança-lobo' se torna lobo à força de com ele viver,

também nós, pouco a pouco, nos tornamos funcionais. Vivemos o tempo dos objetos; quero dizer que existimos segundo seu ritmo e em conformidade com sua sucessão permanente".

Ademais, atualmente o pensamento mais comumente evocado parece com um gozo excessivo proporcionado pela conquista do desejo de consumo aspirado pelo indivíduo. Isso tem tornado os homens vivenciadores de crises de referências, como bem atestam alguns psicanalistas, à medida que percebem que não só a mídia (publicidade), mas o meio que o cerca tem muitas vezes a capacidade de artificializar 60 as relações humanas, fazendo com que não tenha vontade própria, realizando o desejo e a vontade dos outros e não as suas.

[...]

Nesse contexto, Freud se refere aos "mal-estares" da nossa civilização, como nada mais que uma economia 65 libidinal baseada no gozar. Enquanto, por exemplo, a mais-valia sustenta a economia capitalista em Karl Marx, o gozo sustenta a economia libidinal no sujeito em Freud. Argumenta que o indivíduo enquanto goza, não só no concernente à sexualidade, mas também na 70 aquisição de bens de consumo, considera-se feliz.

Tendo em vista o anúncio cobicoso como disseminador da felicidade e, levando em consideração o desenvolvimento tecnocientífico que promete a felicidade através do Prozac, do apartamento à 75 beira-mar, entre outras possibilidades, o psicólogo Martin Seligman, no livro Felicidade Autêntica, expressa algo muito interessante. Diz que o homem, aceitando suas limitações diante da felicidade, pode estruturar-se, entre outras possibilidades, na interface entre o prazer, o engajamento e o significado.

Prazer, em se tratando da situação agradável de quando se ouve uma boa música ou se faz sexo. Já o engajamento é a profundidade de envolvimento da pessoa com sua vida. Finalmente o significado, como a sensação de que a vida faz parte de algo maior. Salienta também, em suas pesquisas, que um dos maiores erros das sociedades contemporâneas é concentrar a busca da felicidade em apenas um dos três pilares, esquecendo os outros. Sendo que as pessoas escolhem justo o mais fraco deles. Enfatiza que o engajamento e o significado são elos indispensáveis na vida do ser humano frente à felicidade.

BARBOSA, A. Ronaldo. Como a sociedade moderna se organiza diante da felicidade. Disponível em: http://ivonaldo-leite.blogspot. com.br/2014/11/a-vida-felicidade-e-as-escolhas-o.html>. Acesso em: 1º mar. 2016.

Marque V ou F, conforme sejam verdadeiras ou falsas as afirmativas acerca das ideias apresentadas no texto.

- O direito à felicidade constitui uma busca incessante do homem em diferentes épocas da evolução da humanidade.
- A visão de felicidade é imutável, permanecendo estagnada em conceitos religiosos com promessas de vida pósmorte.
- () A sociedade atual encontra-se mais consciente do significado de felicidade que as anteriores, uma vez que, no passado, se vivia sob influência de pensadores que estudavam o fenômeno distantes dos ditames da Igreja.
- () O grande trunfo da propaganda é apostar na leitura narcisista que o homem da atualidade detém sobre si e
- () O conceito ideal de felicidade, hoje, está pautado em valores transitórios e perecíveis.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- 01) V V V F F
- 02) F V F V F
- 03) V F F V V
- 04) FFVFV
- 05) V V F F V



A perda de identidade do homem pós-moderno tem como causa

- 01) os próprios conflitos pessoais que o impedem de desenvolver o senso de subjetividade.
- o automatismo social a que se vê submetido forçadamente sem grande poder de reação.
- 03) a sociedade de consumo que não oferece as condições facilitadoras para a aquisição de bens materiais.
- 04) os avançados meios de produção que o deixam sempre em desvantagem em relação ao outro.
- 05) a sensação de impotência que é desenvolvida em relação aos objetos funcionais.



Quanto aos elementos linguísticos formadores do texto e seus efeitos de sentido, é correto afirmar:

- 01) A expressão "Pelo contrário" (*I*. 14), embora dê ideia de oposição, reafirma a promessa de vida eterna expressa no período anterior.
- 02) O conector "Mas" (*l.* 37), em relação ao contexto a que se refere, possui valor aditivo.
- 03) As formas verbais "Vivemos" (*l.* 49) e "existimos" (*l.* 49) fazem referência ao mesmo agente e pertencem à mesma conjugação.
- 04) As expressões em negrito, no fragmento, "**não só** no concernente à sexualidade, **mas também** na aquisição de bens de consumo" (*I*. 68-70), estabelecem entre as mensagens ideia de oposição.
- 05) A palavra "se" em "Prazer, em se tratando da situação agradável de quando se ouve uma boa música ou se faz sexo." (*I.* 81-82), nas três situações, funciona como uma partícula apassivadora.

TEXTO:

Felicidade

Haverá um dia em que você não haverá de ser feliz Sentirá o ar sem se mexer Sem desejar como antes sempre quis Você vai rir, sem perceber

- 5 Felicidade é só questão de ser Quando chover, deixar molhar Pra receber o sol quando voltar
 - Lembrará os dias que você deixou passar sem ver a luz
- Se chorar, chorar é vão porque os dias vão pra nunca mais

Melhor viver, meu bem Pois há um lugar em que o sol brilha pra você Chorar, sorrir também e depois dançar

15 Na chuva quando a chuva vem

Tem vez que as coisas pesam mais Do que a gente acha que pode aguentar Nessa hora fique firme Pois tudo isso logo vai passar

Dançar na chuva quando a chuva vem Dançar na chuva quando a chuva Dançar na chuva quando a chuva vem

JENECI, Marcelo. **Felicidade**. Disponível em: https://www.letras.mus.br/marcelo-jeneci/1524699/>. Acesso em: 1º mar. 2016.



A voz autoral, nesse poema-canção,

- 01) mostra-se decepcionada com as circunstâncias imprevisíveis da vida.
- 02) enxerga a vida como um caminho de aprendizagem para a felicidade.
- 03) reflete sobre as dificuldades do dia a dia que impedem a felicidade verdadeira.
- 04) percebe a felicidade como algo de difícil conquista, razão do sentimento de perda.
- 05) vê a felicidade como algo intrínseco às coisas mais simples da vida.



"Se chorar, chorar é vão / porque os dias vão pra nunca mais" (v. 10-11)

Em relação aos versos em evidências, é correto afirmar:

- 01) Os conectores "Se" e "porque" expressam, respectivamente, ideia de condicionalidade e motivo.
- 02) A forma nominal "chorar" exerce, nas duas situações, a mesma função morfossintática.
- 03) A palavra "vão", nos dois registros, pertencem ao verbo ir.
- 04) O termo "mais", dentro do contexto da oração, tem valor expletivo e pode ser dispensado.
- 05) A vírgula usada nesse contexto separa orações coordenadas entre si.

Conhecimentos Contemporâneos/Legislação Questões de 6 a 10







Cidadãos brasileiros são percebidos pelos poderosos de plantão não como cidadãos, mas como simples massa de manobra, gente para ser enganada a cada eleição. Talvez, por isso, nossos governantes, uma vez no poder, dedicam-se a criar as bases de sua permanência na função obtida, preparando-se para a próxima eleição. Não querem perder as vantagens conquistadas ou voltar a ser apenas parte da Nação. O povo nas ruas pode ser bom, mas substituir a democracia representativa pela direta é inviável numa sociedade complexa. Afinal, não estamos mais na Grécia Antiga, não cabemos todos numa praça. Precisamos, pois, de representantes. Porém, chegou a hora de estes mudarem sua forma de fazer política, criar leis e fazer justiça. Temos que melhorar nossa democracia. (PINSKY, 2014).

Marque V nas afirmativas verdadeiras e F, nas falsas.

A participação do povo, "nas ruas", ao longo da história da sociedade brasileira, manifestando seus interesses por um país mais justo, mais ético e mais igualitário, pode ser identificada

- () nas manifestações dos Caras Pintadas, que desempenharam um papel importante no processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.
- () na Passeata dos Cem Mil, que protestou contra as Reformas de Base implementadas pelo governo João Goulart.
- () nas manifestações rurais organizadas pelas Ligas Camponesas, que determinaram o fim do regime ditatorial militar.
- () nas ondas de protestos pelo Brasil, reclamando contra os gastos com a Copa do Mundo de 2014 e pedindo, também, mais controle sobre a corrupção no país.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- 01) VVFV
- 02) VFFV
- 03) FVVF
- 04) FFVV
- 05) V V F F



A associação de conceitos científicos com questões sociais e políticas ocorreu, em diversos contextos, ao longo da história das sociedades. Em alguns deles, pressupostos sem sustentação racional foram aceitos como verdades científicas, como a crença na determinação genética como base de diferenciação e de classificação entre seres humanos.

A alternativa que exemplifica a utilização desse tipo de contexto é a

- 01) A defesa da política de cotas raciais, no Brasil, para manter a separação entre negros e não negros nas universidades.
- 02) Os movimentos religiosos contra a utilização de células-tronco em pesquisas genéticas.
- 03) O aparecimento de movimentos neonazistas, no mundo atual, que justificam sua existência, baseando-se em conceitos pseudocientíficos.
- 04) As políticas afirmativas norte-americanas, que promoveram a igualdade jurídica entre negros e brancos.
- 05) As manifestações populares da Primavera Árabe, que desencadearam conflitos no Oriente Médio atual, a exemplo da Síria e do Egito.



A recente história do Brasil republicano vivenciou um processo de consolidação democrática, que está relacionado com

- 01) a promulgação da Constituição de 1988, após a queda do regime militar, voltada para a garantia da cidadania e a defesa dos direitos sociais.
- 02) o estabelecimento do sistema parlamentarista, após a morte do presidente recém-eleito Tancredo Neves.
- 03) a restituição e a legalização da posse de todas as comunidades quilombolas do país, reconstituídas à sua extensão territorial original do período de sua formação, ainda anterior à abolição.
- 04) a promulgação da PEC, que extinguiu o trabalho escravo no país, graças à interferência das grandes empresas do agronegócio e do setor industrial, interessadas não qualificação desta mão de obra.
- 05) a aprovação do Marco Civil da Internet, que elimina o direito de privacidade e exime de obrigações de responsabilidade civil o usuário, garantindo sua total liberdade de expressão no uso das redes sociais.



Sobre o Estatuto do Servidor Público de Ilhéus — Lei n° 3760/15 —, identifique com **V** as afirmativas verdadeiras e com **F**, as falsas.

() São requisitos básicos para ingresso no serviço público a nacionalidade brasileira ou equiparada; o gozo dos direito políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de 21 anos; a boa saúde física e mental, sem a necessária comprovação em prévia inspeção médica oficial, admitida a necessidade física parcial, na forma que a lei estabelecer; habilitação legal para o exercício do cargo e não estar incompatibilizado para o exercício da função pública em razão de penalidade sofrida na forma da Lei.

| () | Nomeação, | promoção, | readaptação, | reversão, | repristinação, | reintegração | e re | condução | são | formas | de p | provimento | em | cargo |
|-----|-----------|-----------|--------------|-----------|----------------|--------------|------|----------|-----|--------|------|------------|----|-------|
| | público. | | | | | | | | | | | | | |

- () O prazo para o servidor entrar em exercício é de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do termo de posse ou da publicação oficial do ato, no caso de reintegração.
- () A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 60 (sessenta) dias, a requerimento do interessado e a critério da autoridade competente.
- () Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade pelo Poder Executivo, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração integral.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é a

- 01) V V V V V
- 02) F V V V F
- 03) FFVFV
- 04) VFFFV
- 05) VVFVF



Com base em sua Lei Orgânica, compete ao município de Ilhéus

- 01) firmar convênios ou consórcios somente com a União, e internamente apenas com sindicatos, para a execução da lei, serviços e decisão, sempre visando ao bem-estar da coletividade.
- 02) prover tudo quanto diz respeito ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, dentre outras atribuições e deveres, estabelecer o sistema estatístico, cartográfico e de geologia municipal.
- 03) determinar que o uso de arma de fogo pela Guarda Municipal obedecerá somente ao Regulamento da Legislação Estadual.
- 04) suplementar, apenas, a legislação estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando adaptá-la à realidade e às necessidades locais.
- 05) legislar que a Câmara Municipal de Ilhéus reunir-se-á, ordinariamente, em Sessão Legislativa anual, de 15 de fevereiro a 30 de julho e de 1º de agosto a 16 de dezembro.

* * *

Prova de Conhecimentos Específicos





Questões de 11 a 40

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.



Sobre licitações, marque ${\bf V}$ ou ${\bf F}$, conforme sejam verdadeiras ou falsas as afirmativas.

- () Existem três etapas nas licitações para obra: projeto básico, projeto executivo e execução da obra.
- () Caracteriza fuga de modalidade licitatória utilizar Tomadas de Preços, quando o somatório dos seus valores, durante o exercício financeiro, estiver no limite de Concorrência.
- () As concessões, assim como as permissões e licenças, devem ser precedidas de licitação.
- () Constitui inexigibilidade de licitação a contratação realizada por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

- 01) VVVF
- 02) VVFF
- 03) V F V F
- 04) F V V V
- 05) FFVV



Em relação ao Direito Administrativo, é correto afirmar:

- 01) Empresa Pública é pessoa jurídica de Direito Público interno, instituída unicamente por lei, com patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas de Estado, que requeiram gestão administrativa e gestão financeira descentralizadas.
- 02) A absolvição do servidor público na esfera criminal o isenta da responsabilidade administrativa.
- 03) De acordo com o princípio da publicidade, todos os atos inerentes aos procedimentos licitatórios devem ser publicados no Diário Oficial do Estado.
- 04) Todas as infrações disciplinares prescrevem em 5 (cinco) anos.
- 05) Entende-se, por verdade sabida, o conhecimento direto da infração pela autoridade competente para aplicar a punição.



Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

- 01) Qualquer ação e omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.
- 02) Qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições e, notadamente, frustrar a licitude de concurso público.
- Toda ação que viole os deveres de honestidade e legalidade às instituições.

- 04) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, mesmo depois da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
- 05) Qualquer ato praticado exclusivamente por servidor público contra a administração direta, indireta, fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.



Para os efeitos da lei, entende-se por Amazônia Legal

- 01) apenas os estados do Acre, Pará, Amazonas e Amapá.
- 02) os estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão.
- 03) os estados da Região Norte, exceto o Território do Amapá.
- 04) os estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso do Sul.
- 05) os estados da Região Norte e Nordeste.



Sobre Direito Ambiental, é incorreto afirmar:

- 01) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- 02) Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, cabe, apenas ao proprietário da área, a obrigação de promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos na Lei nº 12.651/12.
- 03) Tendo ocorrido supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, o proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, é obrigado a promover a recomposição da vegetação, ressalvados os usos autorizados previstos na Lei nº 12.651/12.
- 04) No caso de supressão de vegetação situada em Área de Preservação Permanente, a obrigação tem natureza real e é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.
- 05) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.



Conceder-se-á habeas data

- 01) sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- 02) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

- 03) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- 04) para a ratificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- 05) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial e administrativo.



É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de

- 01) suspensão da naturalização por sentença transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- 02) incapacidade civil relativa.
- 03) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- 04) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do Art. 5°, XVIII da CF.
- 05) improbidade administrativa, exclusivamente para os ocupantes de mandato eletivo.



É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- 01) Escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas da União.
- 02) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- 03) Autorizar, em terras da união, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.
- 04) Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias, após a abertura da sessão legislativa.
- 05) Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Questão (19)

O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de

- 01) 10 (dez) membros com mandato de 1(um) ano, admitida até 2 (duas) reconduções.
- 02) 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, não admitida a recondução.
- 03) 17 (dezessete) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1(uma) recondução.
- 04) 10 (dez) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1(uma) recondução.
- 05) 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução.

Questão 20

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios _____

- I. estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.
- II. cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei anterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.

III. estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

A alternativa em que **todos** os itens indicados completam corretamente a lacuna é a

01) I apenas.
 04) II e III.
 02) III apenas.
 05) I, II e III.

03) I e II.



Considere que o Poder Executivo de determinado município está acima do limite estabelecido para despesas de pessoal. Além da possibilidade de redução de carga horária e consequente redução da remuneração dos servidores, são ações gradativas que poderão ser adotadas para o seu enquadramento às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):

- 01) Redução em, pelo menos, vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.
- 02) Exoneração de vinte por cento dos cargos em comissão e funções de confiança; exoneração de quinze por cento dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.
- 03) Redução em vinte por cento das despesas com cargos em comissão ou funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, perda do cargo do servidor estável.
- 04) Exoneração de, pelo menos, vinte por cento dos cargos em comissão e funções de confiança, exoneração dos servidores estáveis, perda do cargo do servidor não estável
- 05) Redução em, pelo menos, trinta por cento das despesas com cargos em comissão ou funções de confiança, exoneração dos servidores não estáveis, demissão de servidor estável.



Analise as afirmativas a respeito de repartição de receitas tributárias e marque **V** para as verdadeiras e **F**, para as falsas.

- () O produto de arrecadação de ICMS é repartido pelos Estados com os Municípios
- () A União reparte o produto de sua arrecadação com Imposto sobre a Renda Pessoa Física incidente na fonte com os Estados e Municípios.
- Os Municípios repartem o produto de sua arrecadação com Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com os Estados.
- O ente federado que institui empréstimo compulsório tem que repartir 1/3 do produto da arrecadação com os demais entes.
- () A União reparte com os Estados e Distrito Federal o produto de sua arrecadação com imposto residual.

A alternativa que indica a sequência correta, de cima para baixo, é a

01) VFFVF

04) FFVVV

02) VVFFF

05) VFFFV

03) F V V V F



De acordo com a Constituição Federal, o Tribunal Superior do Trabalho tem, dentre outras, a função de uniformizar a jurisprudência trabalhista e é composto de vinte e sete Ministros escolhidos dentre brasileiros

- 01) com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- 02) com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos.
- 03) com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos.
- 04) com mais de trinta e menos de sessenta anos.
- 05) com trinta e cinco e menos de sessenta anos.



Considere que um indivíduo reclamou, junto à DRT, a recusa da empresa PLIM Ltda, sua empregadora, em realizar anotação na CTPS. A Delegacia Regional do Trabalho, por sua vez, remeteu o processo à Justiça do Trabalho.

Tem-se, nesse procedimento, exceção ao princípio

- 01) da eventualidade.
- 02) inquisitivo.
- 03) da imediação.
- 04) dispositivo.
- 05) da extrapetição.



A alternativa em que **nenhum** ente mencionado possui personalidade jurídica é a

- 01) família, espólio e sociedade em conta de participação.
- 02) espólio, associação e condomínio.
- 03) sociedade em nome coletivo, empresa individual de responsabilidade Itda e firma individual.
- 04) organização religiosa, família e partido político.
- 05) fundação, espólio e família.



Acerca da prescrição e da proteção jurídica à intimidade, é correto afirmar:

- 01) A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento.
- 02) O interesse público na divulgação de casos judiciais sempre deverá prevalecer sobre a privacidade ou intimidade dos envolvidos.
- 03) A exibição não autorizada de imagem de vítima de crime amplamente noticiado à época dos fatos, ainda que uma única vez, gera, por si só, direito de compensação por danos morais aos seus familiares.
- 04) À pretensão de cotas condominiais aplica-se a regra geral da prescrição decenal, contada a partir do vencimento de cada parcela, conforme disposto no Código Civil vigente.
- 05) A veracidade de uma notícia confere a ela inquestionável licitude, razão pela qual inexiste qualquer obstáculo à sua divulgação, dado o direito à informação e à liberdade de imprensa.



A empresa J&J Silva possui seu principal estabelecimento em Olivença e mais outros dois em Aracaju e Natal. A Diretoria funciona em Aracaju.

Nesse caso, entende-se por localidade do domicílio da empresa:

- 01) Apenas Natal.
- 02) Apenas Olivença
- 03) Natal e Aracaju, independente do local em que foi praticado o ato.
- Olivença e Natal, independente do local em que foi praticado o ato.
- Olivença, Natal e Aracaju para os atos praticados nos estabelecimentos de cada localidade.



Com base no Art. 19, do novo Código de Processo Civil (CPC), o interesse do autor pode limitar-se à declaração

- 01) apenas do interesse.
- 02) apenas de uma relação jurídica.
- 03) da existência, da inexistência de uma relação jurídica.
- 04) da autenticidade e falsidade de documento.
- 05) da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica.



São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que, de qualquer forma, participem do processo, dentre outros:

- I. Expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- II. Não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento.
- III. Não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito.
- IV. Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação.
- V. Declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva.

A alternativa em que **todos** os deveres estão corretamente indicados é a

- 01) I e III apenas.
- 04) I, II, e V apenas.
- 02) III e IV apenas.
- 05) I, II, III, IV e V.
- 03) IV e V apenas.



Com relação a litisconsórcio, é incorreto afirmar:

- 01) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa e passivamente, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros.
- 02) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- 03) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir.

- 04) Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- 05) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e todos devem ser intimados dos respectivos atos.



Sr. X, ocupante de cargo comissionado de Chefe de Gabinete do Executivo Municipal, trabalhou, durante o feriado do carnaval, acompanhando o Prefeito nos compromissos oficiais referentes à folia momesca. Ao retornar ao exercício das atribuições de confiança inerentes ao cargo que ocupa, requereu com fulcro no Art. 149, do Estatuto do Servidor Público de Ilhéus, o pagamento de horas extras.

Em face dessa situação hipotética, pode-se afirmar que o requerente

- 01) logrou êxito em sua pretensão, vez que a legislação disciplinadora dos direitos e deveres do funcionalismo ilheense prevê o pagamento de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.
- 02) logrou êxito em sua pretensão, por ser servidor público municipal.
- 03) teve seu pedido indeferido, posto que o pagamento da gratificação pela prestação de serviço extraordinário é incompatível com o exercício do cargo em comissão ou função gratificada.
- 04) teve seu pedido indeferido, posto que o pagamento da gratificação pela prestação de serviço extraordinário é incompatível, exclusivamente, com o exercício do cargo em comissão.
- 05) teve seu pedido indeferido, posto que o pagamento de horas extras n\u00e3o encontra fundamento no Estatuto do Servidores P\u00fablicos do Munic\u00edpio de Ilh\u00e9us.



A Lei Orgânica Municipal de Ilhéus pode ser emendada mediante proposta _____

- de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
- II. do Prefeito Municipal.
- III. de dois terços dos membros da Câmara.
- IV. de dois tercos, no mínimo, dos membros da Câmara.

A alternativa em que **todos** os itens indicados completam corretamente a lacuna é a

01) II apenas.

04) II e III.

02) IV apenas.

05) II e IV.

03) I e II.



Com relação à Procuradoria Municipal de Ilhéus, é correto afirmar:

- 01) O Procurador Geral do Município de Ilhéus será nomeado pelo Prefeito e deverá ser escolhido, exclusivamente, entre os integrantes da carreira jurídica de Procurador Municipal.
- O Município de Ilhéus criará um corpo jurídico, constituído por advogados do Município, para o atendimento e acompanhamento jurídico gratuito das pessoas comprovadamente carentes da comunidade ilheense.

- 03) A Procuradoria Geral do Município de Ilhéus somente pode atuar como representante do Município na esfera judicial, cabendo ao Chefe do Executivo a representação extrajudicial.
- 04) O concurso para Procurador Geral do Município de Ilhéus deverá ocorrer em momento diverso àquele realizado para Procurador Municipal.
- O Município de Ilhéus criará um corpo jurídico, constituído por procuradores do Município, para o atendimento e acompanhamento jurídico gratuito das pessoas comprovadamente carentes da comunidade ilheense.



De acordo com a Lei Municipal nº 3.746/2015, referente ao uso e à ocupação do solo de Ilhéus, é correto afirmar:

- I. O Solo Criado é o resultado da concessão onerosa do Poder Público ao empreendedor para fins de edificação em Área de Ocupação Intensiva, utilizando-se de estoques construtivos públicos, e reger-se-á pelo disposto na Lei.
- II. O Poder Executivo Municipal poderá exercer a faculdade de outorgar onerosamente o exercício do Direito de Construir, sendo vedado qualquer tipo de contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário.
- III. Áreas Passíveis de Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional são aquelas onde o direito de construir deverá ser exercido respeitando o permitido pelo CAB – Coeficiente de Aproveitamento Básico - previsto para cada zona de uso de acordo com o Anexo II da Lei, mediante contrapartida financeira a ser paga pelo proprietário do imóvel.

A alternativa em que **todos** as afirmativas estão corretamente indicadas é a

- 01) I apenas.
- 02) II apenas.
- 03) III apenas.
- 04) I e II.
- 05) I, II e III.



Em relação ao Alvará de Autorização previsto na legislação referente ao uso e a ocupação do solo de Ilhéus, é correto afirmar:

- 01) Será emitido a pedido do proprietário, do possuidor ou do profissional.
- 02) Será emitido a pedido do proprietário, do possuidor e do profissional.
- 03) É dispensável para pequenas obras de reparos, limpezas ou pinturas sem alterações de paredes e estruturas.
- 04) O prazo de validade do Alvará de Autorização e de cada renovação dependerá de sua finalidade e não poderá exceder de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido.
- 05) O prazo de validade do Alvará de Autorização e de cada renovação dependerá de sua finalidade e não poderá exceder de 18 (dezoito) meses, a contar da data de publicação do despacho de deferimento do pedido.



O Município poderá instituir taxas, exceto, as decorrentes

- 01) do regular exercício do poder de polícia administrativa.
- 02) de utilização efetiva de serviços públicos, específicos e divisíveis prestados aos contribuintes.
- 03) de utilização potencial de serviços públicos, específicos e divisíveis prestados aos contribuintes.
- 04) de utilização efetiva de serviços públicos, específicos e divisíveis postos à disposição dos contribuintes.
- 05) de serviços prestados por empresas sediadas no Município.



Considerando-se as disposições do Capítulo IV da Constituição Federal, é correto afirmar:

- 01) A Lei Orgânica do Município será votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria absoluta da Câmara Municipal.
- 02) A composição das Câmaras Municipais, quantitativo de vereadores em cada Casa Legislativa, obedecerá a critérios populacionais e econômicos.
- 03) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.
- 04) Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal não enviar o repasse ao Poder Legislativo Municipal, até o dia dez de cada mês.
- 05) Compete ao Município, com a cooperação técnica do Estado, criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação municipal que disciplina a matéria.



O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de _, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Identifique os itens que completam corretamente a lacuna do enunciado apresentado.

- 7% (sete por cento) para municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes.
- 6,5% (seis e meio por cento) para municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes.
- III. 5% (cinco por cento) para municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes.
- 4,5% (quatro e meio por cento) para municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes.

A alternativa em que todos os itens indicados completam corretamente a referida lacuna é a

01) I e II.

04) I, III e IV.

02) II e III.

03) III e V.

05) I, IV e V.

Quanto à remuneração e aos subsídios dos agentes públicos e políticos municipais, é incorreto afirmar:

- 01) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio dos agentes políticos somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- 02) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos municipais não poderão exceder o subsídio mensal do Governador.
- 03) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- 04) O detentor de mandato eletivo e os secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- 05) Os secretários municipais, apesar de não serem detentores de mandatos eletivos, são considerados agentes políticos.



Com relação à fiscalização dos municípios, é correto afirmar:

- 01) O controle externo do município será exercido pelo Tribunal de Contas dos Municípios com o auxílio da Câmara Municipal.
- 02) As contas dos municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
- 03) O município com mais de três milhões de habitantes poderá criar o Tribunal de Contas do Município para fiscalizar e exercer o seu controle externo.
- 04) O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- 05) Inexiste obrigatoriedade de controle interno na Prefeitura, vez que a fiscalização dos atos do Executivo Municipal é realizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Prova Discursiva





Questão 1

INSTRUÇÕES:

Responda a essas questões, de maneira clara e objetiva, não ultrapassando o espaço reservado na Folha de Respostas.

- A Folha de Resposta será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. A folha para rascunho, disponível neste Caderno de Prova, é de preenchimento facultativo e não será válida para a avaliação da Prova.
- O texto definitivo da Prova Discursiva deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou
 preta, fabricada em material transparente, e deve conter entre 80 e 120 linhas. Qualquer texto com extensão aquém de
 oitenta linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de cento e vinte linhas será
 desconsiderado.
- A Prova Discursiva não poderá ser assinada, fora do local indicado, rubricada ou conter, em outro local que não seja o cabeçalho da Folha de Resposta, qualquer palavra que identifique o candidato sobre pena de ser anulada.
- A Prova Discursiva será avaliada quanto ao domínio do conteúdo do tema abordado, demonstração de conhecimento técnico aplicado, bem como quanto ao domínio da norma culta da Língua Portuguesa.



O Prefeito encaminha consulta à Procuradoria Municipal, a fim de que se esclareça a possibilidade de elaborar projeto de lei que regulamente as licitações e contratos do município, sugerindo, inclusive, hipóteses que divergem da Lei nº 8.666/93, disciplinadora dos procedimentos licitatórios e contratos administrativos no âmbito nacional, a saber: inversão de fases para todas as modalidades licitatórias (primeiro a abertura da proposta de preços e depois a habilitação); reduzir os valores limites para cada modalidade e alterar o prazo entre a publicação do aviso de abertura do certame e a sessão de recebimento das propostas.

Com base nessa situação hipotética, observadas as normas nacionais e municipais, elabore parecer abordando

- a) a legitimidade da iniciativa.
- b) os limites da competência municipal para atuar sobre o tema.
- a possibilidade de realizar as alterações do texto legal nacional na norma municipal.
- d) o que pode macular o projeto e a solução para legitimá-lo, se for o caso.

| 1 | |
|----|--|
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |

| 46 | |
|----|--|
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |
| 51 | |
| 52 | |
| 53 | |
| 54 | |
| 55 | |
| 56 | |
| 57 | |
| 58 | |
| 59 | |
| 60 | |
| 61 | |
| 62 | |
| 63 | |
| 64 | |
| 65 | |
| 66 | |
| 67 | |
| 68 | |
| 69 | |
| 70 | |
| 71 | |
| 72 | |
| 73 | |
| 74 | |
| 75 | |
| 76 | |
| 77 | |
| 78 | |
| 79 | |
| 80 | |
| 81 | |
| 82 | |
| 83 | |
| 84 | |
| 85 | |
| 86 | |
| 87 | |
| 88 | |
| 89 | |
| 90 | |

| 92 | |
|-----|--|
| 93 | |
| 94 | |
| 95 | |
| 96 | |
| 97 | |
| 98 | |
| 99 | |
| 100 | |
| 101 | |
| 102 | |
| 103 | |
| 104 | |
| 105 | |
| 106 | |
| 107 | |
| 108 | |
| 109 | |
| 110 | |
| 111 | |
| 112 | |
| 113 | |
| 114 | |
| 115 | |
| 116 | |
| 117 | |
| 118 | |
| 119 | |
| 120 | |